



**Ata da 4ª Sessão da Congregação da Faculdade de Medicina da
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Data: 08 de maio de 2018

Presidente – Professor Roberto Medronho

Às oito horas e trinta minutos do dia oito de maio de dois mil e dezoito, se reuniu na sala 202 – sala de projeção do Bloco N – CCS – 2º andar, a Congregação da Faculdade de Medicina. Presentes os Professores: Vania Pavão / Suplente dos Assistentes, Sheila K. Feitosa / Titular, Alice Helena Violante / Representante dos Associados, Alberto Schanaider / Titular, Renato Ferrari / Chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia, Gil Salles / Titular, Luiz Antonio Alves de Lima / Chefe do Departamento de Medicina Preventiva, Volney de Magalhães Câmara / Titular, Luis Felipe da Silva / Emérito, Maria Tavares Cavalcanti / Titular, José Roberto Lapa e Silva / Titular, Antonio José Ledo Alves / Titular, Clynton Correa Lourenço / Chefe do Departamento de Fisioterapia, José Roberto Lapa e Silva / Titular, Sergio Augusto Lopes / Chefe do Departamento de Radiologia, Nelson Albuquerque S. e Silva / Emérito, Carolina Alonso / Chefe do Departamento de Terapia Ocupacional, Fernando Eduardo Zikan – representando a PR5, Manoel Luiz Ferreira / Representante dos Professores Adjuntos, Livia Maria Santiago / Diretora Adjunta da Extensão, Silvana frota / Chefe do departamento de Fonoaudiologia, Nathalie Canedo, Izabel Calland / Chefe do Departamento de Pediatria, o aluno Eduardo Luis Cukiekorn – Representante do Centro Acadêmico de Medicina, Cristina Peruchetti – secretária e o Diretor Professor Roberto Medronho. Os Professores Sergio Zaidhaft, Antonio Carlos Pires Carvalho, Jorge Rezende Filho e Marcia Ramos-e-Siva justificaram ausência. O professor Medronho abre o expediente dizendo que na última sexta-feira houve uma reunião entre ele, o professor Gil e o doutor Leôncio em função das demandas que foram colocadas sobre a questão do ar-condicionado, da situação dos auditórios e das salas de aulas no HU. Em relação às salas de aulas, está sendo feito um processo licitatório para manutenção corretiva e preventiva dos ares-condicionados das salas de aula e o prazo é que até o meio do ano os consertos e as correções sejam instalados. Em relação ao ar-condicionado central, a situação está tão grave que não dá nem para identificar quem é o fabricante e o processo de aquisição do material também está em

41 andamento. Ou seja, neste primeiro semestre não teremos mudanças na
42 refrigeração das salas, nem dos auditórios, mas o processo está se
43 encaminhando e nós pedimos prioridade porque é uma questão que interfere
44 diretamente no aspecto acadêmico. A dificuldade de ministrar aulas e provas
45 em janeiro e fevereiro foi muito grande por parte de muitos professores.
46 Também foi colocado que muitos auditórios precisam de reformas, pois estão
47 sem cadeiras, ou com cadeiras quebradas, e então foi criada uma comissão que
48 vai fazer um levantamento de todas as salas de aula e de todos os auditórios e
49 que vai avaliar desde a troca de lâmpadas até o conserto de cadeiras. Estão
50 chegando quatrocentas cadeiras novas para repor os assentos dos auditórios e
51 das salas de aula. O professor Medronho fala que ontem a portaria foi assinada
52 por ele e pelo doutor Leôncio e que a comissão tem quinze dias para
53 apresentar esse levantamento e definir as prioridades. Hoje vai ter uma reunião
54 dos diretores de hospitais com a Faculdade de Medicina e com a Escola de
55 Enfermagem Ana Nery – a Câmara de Hospitais – para continuidade do
56 debate sobre o controle de frequência dos funcionários e o professor avisou
57 que a Faculdade de Medicina não poderia estar presente. Segundo ele, o TCU
58 tem apertado bastante. O professor Gil fala que a última reunião da Câmara de
59 Hospitais foi com a presença do Pró-reitor de Pessoal e sua equipe, incluindo
60 um superintendente, e que eles apresentaram uma planilha com todo corpo
61 técnico-administrativo de cada unidade hospitalar, inclusive com perdas e
62 ganhos de funcionários em todas as unidades e classes nos últimos cinco anos.
63 Também apresentaram uma segunda planilha que eram as solicitações de
64 funcionários técnicos administrativos para o próximo ano. Ficou decidido que
65 cada unidade deverá olhar esses números e corrigir eventuais incorreções –
66 como a questão do desvio de função, que foi muito discutida pelos diretores.
67 Inclusive, pretende-se criar uma coluna na planilha contendo a função real do
68 funcionário – a planilha é nominal e já contém o SIAPE e o cargo que ele
69 ocupa. Na planilha de solicitações de novos funcionários, os diretores teriam
70 que proceder de forma semelhante ao que as unidades acadêmicas fazem
71 quando solicitam docentes, ou seja, fazer uma solicitação pedindo um certo
72 número de funcionários, priorizando-os segundo suas qualificações para
73 ocupar determinados cargos, justificando as solicitações vaga a vaga, para que
74 a PR4 tenha uma noção geral da situação das Unidades Hospitalares e, com
75 base nas priorizações, possa identificar os próximos concursos a serem feitos,
76 etc. A última reunião da Câmara dos Hospitais foi precisamente para a PR4
77 tornar mais transparente a questão de novas vagas de técnicos administrativos
78 para as Unidades Hospitalares. O professor Renato coloca que, em relação às
79 vagas docentes, os professores substitutos entram como se fossem professores
80 normais e o professor Medronho diz que já existe uma proposta de colocar os
81 professores voluntários como efetivos na planilha também. O professor
82 Renato acha isso um absurdo, já que o professor voluntário pode inclusive
83 faltar e parar a hora que quiser. A professora Nathalie, que é representante do
84 CEG, coloca que a questão dos professores voluntários está confusa porque
85 existe uma norma anterior, que ainda é válida, que diz que a carga horária de

86 professor voluntário não entra no cálculo, mas saiu um novo edital dizendo
87 que esta carga conta sim. Há membros da Câmara que dizem que esta carga
88 tem que contar e outros que acham que não. Eles não entraram em um
89 consenso e isso será levantado amanhã novamente, pois não pode ter um edital
90 discordante em relação a uma regra que ainda é válida. O professor Medronho
91 explica que professor voluntário é um quadro que a Universidade criou, cujo
92 nome era professor Associado, mas que passou a ser chamado de Colaborador
93 Voluntário. No caso da Medicina, por exemplo, é alguém de uma Unidade
94 Hospitalar que se destaca na profissão e que relaciona-se com o ensino e com
95 as atividades acadêmicas, ou um professor aposentado, e há uma solicitação –
96 que passa pela Congregação – para conceder a eles o título honorífico de
97 Colaboradores Voluntários. Eles entrariam como docentes sem ser
98 remunerados. É uma função regular e legislada pelo Conselho Universitário. O
99 professor Alberto *Schanaider* aproveita o ensejo para tocar em um assunto que
100 considera nevrálgico para a Unidade Acadêmica, já que se está falando de
101 vagas para funcionários. Ele coloca que ainda existe uma carência de técnicos
102 administrativos dentro da Faculdade de Medicina. Aponta como exemplo o
103 Departamento de Cirurgia, que nos últimos oito anos recebeu apenas dois
104 funcionários, sendo que hoje há apenas um. O outro estava em estágio
105 probatório e foi colocado à disposição por sua reincidência de faltas e
106 ausências. A pós-graduação está sem um secretário, assim como a cirurgia
107 experimental, que tem um movimento semanal de cem alunos, além de outros
108 departamentos. O único secretário, que, aliás, é excelente – visto que é raro
109 dentro da instituição ter pessoas comprometidas – é o que está hoje no
110 Departamento de Cirurgia. O professor, então, renova o apelo para que nós,
111 juntamente com uma movimentação que já há na reitoria para solução de
112 problemas das Unidades Hospitalares, possamos manter o peso e a
113 necessidade das nossas reivindicações como Unidades Acadêmicas. O
114 professor coloca aos Chefes de Departamento que é muito luxo ter um
115 Secretário para pós e outro para o Departamento, pois existe uma carência
116 muito grande. Há departamentos que, por não terem pós-graduação, não têm
117 secretários e são os professores que fazem todos os procedimentos. Será
118 preciso, inclusive, conversar com os técnicos administrativos, que muitas
119 vezes cumprem uma carga horária inferior ao que está no contrato. O doutor
120 Leôncio, por exemplo, disse que um determinado chefe de um determinado
121 serviço disse que a mamografia ia parar porque não tinha funcionário para
122 fazer o agendamento. Foi pedida a relação dos funcionários, que formam um
123 total de noventa e oito funcionários dentre todas as categorias e, na área
124 administrativa, quinze. O doutor Leôncio chamou o chefe, disse que a
125 mamografia não poderia parar e pediu que ele chamasse um desses técnicos
126 para fazer o agendamento. No nosso caso, o número de técnicos diminuiu
127 muito. No gabinete do Diretor, por exemplo, só tem duas pessoas, sendo que
128 já tivemos até cinco. A Faculdade cresceu, com quatro cursos, dois mil alunos
129 de graduação, seiscentos de pós-graduação e trinta concursos como agora
130 estão sendo feitos. Os funcionários que chegam a vontade é de colocar no

131 gabinete, o que não pode ser feito tendo em vista que os departamentos estão
132 totalmente desfalcados. O professor Shanaider diz que já foram buscadas
133 algumas soluções, como a proposição de um *pool* na secretaria para que
134 pudesse haver um atendimento coletivo dos programas que estão localizados
135 aqui e que efetivamente não têm secretaria. O professor não sabe qual foi o
136 desdobramento disto, mas acredita ser uma alternativa, ainda que precária,
137 para tentar resolver a questão. Por outro lado, nós nos defrontamos com
138 questões como a da segurança no campus. No HU, os funcionários têm um
139 receio enorme de ficar sozinhos nas salas após as 14:30, naquela ala isolada. O
140 professor já recebeu, inclusive, denúncia de assédio de uma funcionária que
141 havia sido cedida e que saiu do Hospital após as 16 horas. Não que isso
142 justifique uma redução de carga horária, afinal, isso acontece linearmente, mas
143 fica claro que há questões que estão acima do nosso controle. No HU às duas
144 horas da tarde todas as secretarias estão fechadas, e isso é por uma questão
145 isonômica, em que um funcionário não vai, o outro vê que ele não foi e acaba
146 não indo. Há questões difíceis de serem administradas, mas, ao mesmo tempo, a
147 Faculdade de Medicina, pelo seu número de cursos e por ser a maior unidade desta
148 Universidade, precisa repercutir mais junto à Reitoria, de modo que eles se
149 sensibilizem e entendam que nós, ao atendermos as necessidades da
150 sociedade, também necessitamos de uma infraestrutura administrativa para
151 que isso seja executado pelo menos próximo à perfeição. Então, esse apelo
152 junto à Reitoria é importante, até porque algumas funções foram extintas. Nós
153 tínhamos funcionários dentro do Departamento de Cirurgia que ocupavam
154 funções que hoje não existem mais, especificamente lá na cirurgia
155 experimental. Isso efetivamente reduziu o quadro. O professor diz que sabe o
156 quanto é difícil, pois a Reitoria recebe demandas de toda Universidade, mas
157 temos argumentos fortes para tentar sensibilizá-los. O professor Medronho diz
158 que a atual gestão da Reitoria tomou uma decisão que ele, pessoalmente,
159 achou correta, que foi a de priorizar os Hospitais. O HU recebeu um número
160 razoável de funcionários, mas não é suficiente para as demandas existentes.
161 Todas as unidades passaram a reclamar com o Reitor que ele estava dando
162 pessoal para as Unidades Hospitalares e não estava dando para as outras
163 unidades, incluindo a nossa. Realmente, a quantidade de concursos para o
164 serviço público ultimamente tem sido muito pequena e as vagas que têm sido
165 dadas tem sido para médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem para
166 tentar recompor o quadro de pessoal. A atual reitoria fez um grupo de
167 levantamento de dimensionamento do pessoal, mas já faz dois anos e os
168 resultados ainda não foram apresentados. O que se sabe, segundo conversas de
169 corredor, é que talvez em alguns lugares não haja assim uma carência tão
170 grande de pessoal. Sobre a reunião de hoje da Câmara de Hospitais, a posição
171 dos diretores é de não aceitar o controle eletrônico de frequência, por conta da
172 autonomia universitária, embora este não seja o entendimento do TCU nem da
173 CGU, mas, por outro lado, eles alegam que a situação atual é indefensável e
174 por isso teremos o ponto eletrônico. As medidas que vão ser discutidas hoje
175 referem-se ao controle de frequência de papel – para que as pessoas tenham

176 que assinar o ponto regularmente – e implantação do controle eletrônico de
177 acesso nas unidades, que não marcaria a frequência em si, mas possibilitaria
178 ao gestor saber quem de fato tem adentrado e saído das unidades hospitalares,
179 para poder atuar ao menos sobre os mais inadimplentes. Já existe até um
180 memorando pronto e que será comunicado aos funcionários. O próprio Doutor
181 Leôncio já fez uma reunião na sexta-feira. A outra questão é sobre o
182 estacionamento do HU. A ideia é que seja terceirizado, semelhante ao que o
183 CT fez. O estacionamento terá câmeras, segurança, cancela, toda
184 infraestrutura será por parte da firma e a estimativa de preço para cada um de
185 nós será de quatro reais por dia. O professor Antônio Ledo diz que essa
186 reunião da Câmera dos Hospitais parece importantíssima e que seria
187 interessante se alguém substituísse o professor Medronho, já que ele não
188 poderá comparecer, pois estes assuntos se relacionam diretamente com nossos
189 alunos, com o ensino, a graduação. Coloca que temos carência de docentes e
190 técnicos administrativos – apenas não temos carência de alunos – e que ela
191 tem um contexto maior que não pode ser esquecido, que é a PEC dos 20 anos,
192 a “PEC da morte”, a política deliberada para privatizar o ensino, as
193 organizações internacionais querendo entrar no país. Este modelo de
194 Universidade que está aqui e em que a maioria de nós foi formado está sendo
195 ameaçado há algum tempo, embora tenha piorado recentemente com o
196 governo que está aí presente. Precisamos tratar do futuro. Carências e
197 dificuldades nós já temos há muito tempo, mas agora aumentou. Até o
198 momento parece que vai haver eleição presidencial. Não que a eleição seja a
199 salvação do país, mas pelo menos dá um direcionamento, um pouco mais de
200 dignidade aos nossos representantes. O professor diz que o que precisamos é
201 nos fortalecer. Uma das questões fundamentais que nós temos que encarar e
202 discutir com muita abertura e tranquilidade é o redimensionamento. A
203 pergunta é: quanto de pessoal nós precisamos? Nós não temos essa resposta
204 nem nos departamentos e como é difícil a situação que hoje assola a
205 Universidade e o país, ficamos brigando entre nós. É justo dar funcionários
206 para o HU, que está caindo há muito tempo porque não tem investimento, mas
207 por que o CCS também não tem que ter? Nosso dever de casa é esse,
208 precisamos pensar no redimensionamento, porque quando nós não fazemos, o
209 TCU faz. Precisamos ter uma discussão interna e equânime. O professor Ledo
210 fala sobre a resolução 8/2008, que foi aprovada no CONSUNI na época do
211 Reitor Aluísio Teixeira e que fala do colaborador voluntário. Universidade
212 apropriadamente normatiza essa questão porque antes os departamentos e as
213 unidades muitas vezes recebiam professores com méritos e colocavam o título
214 de professor colaborador. Cada departamento e cada faculdade fazia de uma
215 maneira, não necessariamente errada, mas fazia sem uma ordenação. O
216 colaborador era muito útil para a instituição, mas seu título não valia nada,
217 embora tivesse valor, claro, pois alguém o havia convidado. Então a
218 Universidade, acertadamente, propôs essa resolução, houve uma discussão na
219 época, e hoje o professor colaborador é um professor da UFRJ reconhecido
220 pela instituição, pelo CONSUNI. Só que existem normas. Por exemplo: o

221 colaborador tem que ser convidado pelo departamento, pelo diretor da unidade
222 ou do programa. Abre-se um processo no qual o colaborador apresenta um
223 plano de trabalho, que inclui o número de horas que ele cumprirá e, embora
224 não exista um regime de horas para o colaborador, ele precisa ser
225 supervisionado para cumprir as horas que se propôs. O prazo máximo do
226 processo é de trinta e seis meses e precisa ser feito se houver interesse de
227 que o colaborador continue. O colaborador não pode ter função administrativa,
228 nem de representação, mas ele pode fazer ensino, pesquisa e extensão. Para a
229 instituição, é muito produtivo ter um professor colaborador voluntário. Esse
230 professor é alguém de notório saber na Universidade, que muitas vezes já se
231 aposentou e quer continuar colaborando de uma maneira formal, embora não
232 receba gratificação monetária por isso. Não devemos confundir e colocar o
233 colaborador voluntário como alguém para suprir os nossos quadros, mas
234 devemos aproveitar a sua presença porque o voluntário é uma pessoa
235 competente que quer colaborar formalmente com a Universidade. O professor
236 Marcelo lembra que a resolução sobre o professor colaborador é um “filhote”
237 da lei do voluntariado da Ruth Cardoso. Ambas possuem os mesmos
238 princípios básicos e definem o vínculo como algo muito mais moral do que
239 empregatício e estão bem configuradas do ponto de vista jurídico. Sem essa
240 lei, o colaborador ficaria sempre numa espécie de ilegalidade, porque alguém
241 podia dizer que era um vínculo trabalhista. Há cerca de dez anos, durante o
242 governo Lula, foi criado o técnico administrativo equivalente, uma regra que o
243 MEC abraçou com facilidade, em que a cada vacância que surgisse, por morte
244 ou aposentadoria, haveria uma substituição automática deste técnico sem que
245 fosse necessário consultar órgãos superiores. O professor acha que a regra
246 ainda está vigente, por isso ainda existe substituição. Ele fala que, quanto a
247 estar certo o critério de dar para os hospitais ou não, ele tem uma série de
248 dúvidas. Diz que se formos analisar certos hospitais hoje, veremos que eles
249 têm excesso de pessoas por conta de regras dos próprios hospitais, o que não
250 significa que não haja falta em alguns setores estratégicos, como por exemplo,
251 em áreas de transplante ou coisas do gênero. O professor também acha
252 importante não subestimar a questão do controle de horas. Isso está se
253 espalhando pelo país e a autonomia universitária não cobre isso. As pessoas
254 têm um conceito um pouco complexo do que é a autonomia universitária. Nós
255 trabalhamos em uma organização chamada autarquia, que tem suas leis que
256 geram nossa autonomia, e é uma autonomia de decisão. Nós temos poder de
257 império em formular cursos, etc. Isso ninguém pode dizer que está errado.
258 Quanto ao controle, isso está sendo estabelecido inclusive com punições por
259 improbidade administrativa do gestor que não verifica se as horas estão sendo
260 cumpridas. O professor fala que isso é um risco enorme, embora ele entenda a
261 situação de cada lugar, mas, por outro lado, é também uma oportunidade
262 porque, de alguma maneira, isso pode fazer com que as pessoas sejam
263 provocadas a retomarem seu vínculo afetivo, já que serão cobradas a cumprir
264 um mínimo de horas e podem, com isso, reformular seu projeto em relação ao
265 local em que estão – especialmente se houver um gestor capaz de

266 “reprovar” as pessoas a retomar seus vínculos e tiver investimento nos
267 lugares. O professor Gil reforça duas coisas que acha importantes – inclusive
268 para a professora Nathalie, a respeito do CEG. Primeiramente, reforça que o
269 professor colaborador vem de uma lei federal da época de Fernando Henrique
270 Cardoso, que criou o trabalho voluntário no serviço público federal. A
271 Universidade normatizou isso através de um contrato formal. A ideia original
272 era de que esses professores forem colaboradores voluntários que se
273 dedicassem predominantemente à graduação, até porque o aposentado sempre
274 pôde permanecer na pós, desde que continuasse ativo e publicando. Na
275 graduação o mesmo não acontecia. Tanto que quem regulamenta e autoriza a
276 função de colaborador voluntário é o CEG, não é o CEPEG nem o CONSUNI.
277 O professor diz que a Faculdade tinha dois tipos de colaboradores: o professor
278 aposentado, que queria continuar tendo contato com alunos e dando aula na
279 graduação, e alguns médicos, que tinham muita ação na graduação. O
280 problema que surgiu este semestre foi que, surpreendentemente, o CEG
281 incluiu, na lista de professores do departamento para pedir professor
282 substituto, o professor colaborador. Assim, o que acontece é que não podemos
283 pedir um professor substituto, por exemplo, para a vaga de uma professora
284 ótima que se aposentou mas gostaria de continuar como colaboradora, caso ela
285 permaneça. O que se fez foi adiar o pedido dela para pedir o substituto e só
286 depois aprovar o pedido dela. Ou seja, essa nova lei do CEG de incluir o
287 professor colaborador como professor do departamento, e se o aposentado for
288 colaborador não poder pedir vaga de substituto, está matando a galinha dos
289 ovos de ouro que é manter o professor ativo e participativo. O professor Gil
290 pede que a professora Nathalie discuta isso no CEG e lute para tirar o
291 professor colaborador da planilha de professores do departamento. O professor
292 colaborador é um mérito para que continuemos convivendo com ótimos
293 professores que se aposentaram mas que estão ativos e querem continuar
294 dando aula, fazendo suas atividades de pesquisa, ensino e extensão. Com essa
295 nova lei do CEG estamos perdendo essas pessoas. O professor Gil pede que a
296 professora Nathalie discuta isso no CEG e lute para tirar o professor
297 colaborador da planilha de professores do departamento. A professora
298 Nathalie coloca que isso é função da Câmara Docente e ela é da Câmara
299 Discente, embora ela já tenha questionado isso e ficou assustada pois
300 membros diferentes da mesma Câmara deram respostas diferentes. Então, ela
301 vai levantar isso em plenária amanhã para ver se chegam a um consenso,
302 porque o edital, da forma que foi feito, está errado pois contradita a norma que
303 regulamenta o professor voluntário. Sobre a proposta de ponto eletrônico, a
304 professora Alice coloca que tanto os médicos quanto os professores têm sua
305 carga horária exercida não somente nas unidades hospitalares, mas em outros
306 lugares também, como por exemplo, o CCS. Alguns colegas, como ela
307 própria, têm forte relação com a COPE. Ela questiona se lá também vai ter
308 ponto e catraca. O professor Medronho coloca que a Câmara de Hospitais está
309 discutindo a colocação de ponto nos hospitais, até por conta da questão da
310 segurança; mas a ideia é que isso se expanda para toda a Universidade. A

311 professora Alice diz que não somente ela, mas também outros colegas, muitas
312 vezes passam o dia não no Hospital, mas no CCS. O professor Renato coloca
313 que, pessoalmente, acha que professor substituto é uma necessidade mas isso é
314 ruim, pois entram pessoas com pouca experiência, já que o salário é ridículo e
315 o tempo de permanência é pouco. Ele diz que os professores têm uma
316 atividade assistencial muito grande. Então, como é que depois de aposentado
317 ele vai querer permanecer atendendo e operando pacientes sem ter uma
318 ligação formal com a Universidade? Quem vai ser responsável por isso? O
319 professor colaborador associado tem um vínculo formal com a entidade, um
320 comprometimento médico legal. É diferente se ele for dar aula, pois para isso
321 ele pode vir até como professor convidado e é menos importante formalizar do
322 que a parte prática de estar com o paciente. O professor Gil diz que o
323 departamento discutiu isso e achou que, nesse intervalo, uma professora com
324 quarenta anos de casa deveria ir à CAE e pedir um estágio para formalizar sua
325 continuação no ambulatório que ela faz há quarenta anos. Isso porque,
326 realmente, existe uma questão legal: se ela está aposentada e não é mais
327 colaboradora, ela não pode atender pacientes no Hospital Universitário. O
328 professor Medronho indaga quem colocou a decisão sobre a questão no edital.
329 O professor Gil afirma que foi a Câmara Docente do CEG, que é a
330 responsável pelo edital de professor substituto. O professor Medronho
331 pergunta se ela tem autonomia para alterar o edital sem passar pela plenária. A
332 professora Nathalie explica que tem que passar sim pela plenária do CEG, mas
333 ultimamente tem acontecido de os editais serem enviados na véspera à noite
334 ou projetados diretamente na hora da sessão. Ou seja: um edital enorme,
335 projetado na hora, fica impossível se atentar a todos os detalhes. O que o
336 pessoal da plenária fez na última vez foi se recusar a votar, pois desse modo
337 não se pode ter certeza daquilo que se está aprovando. A professora Núbia
338 comenta que esse tipo de manipulação na calada da noite está se tornando
339 cada vez mais frequente. Ela diz que o cargo de professor substituto é uma
340 precarização da Universidade. Ela diz que na Anestesia o último concurso
341 para professor efetivo foi em 1998 e o concurso de substituto ninguém quer
342 fazer. Um técnico administrativo está ganhando sete mil. Um médico não vai
343 fazer o concurso pesado para professor substituto para ganhar dois mil e
344 quatrocentos. Ela conta que se aposentou em 2015 e, para continuar no
345 programa de pós-graduação em Ciências Cirúrgicas, a CAPES exigiu que ela
346 cumprisse as normas do processo para se tornar professora colaboradora
347 voluntária. Ela fez todo processo e o responsável por ela é o professor
348 Shanaider. Não havendo mais nada a tratar, o professor Medronho encerra o
349 expediente e coloca em votação a pauta. PAUTA: 1 –Indicação de novos
350 Representantes discentes do Centro Acadêmico Carlos Chagas na
351 Congregação. Os dois representantes são Raquel Nascimento Oliveira e Ana
352 Carolina Dellbem Gugliot e os suplentes Eduardo Luís Cookercorb e Alberto
353 Barreto Grimaldi. A indicação do CA é homologada pela Congregação. 2 –
354 Resultado da Eleição para Representantes dos docentes na Congregação
355 realizada nos dias 02 e 03/05/2018. O professor Medronho diz que a ata foi

356 encaminhada a todos como anexo. Para auxiliares e assistentes, votaram vinte
357 e um colegas, tendo sido o maior número de votos para a Chapa 1, dos
358 professores Sérgio Zaidaff e Vânia Pavão. Para os adjuntos a chapa foi única,
359 do professor Manoel Luís Ferreira e do professor Fernando Zican, que tiveram
360 dezessete votos. E para professores associados, a chapa também foi única,
361 composta pelos professores Manoel Domingos e Vânia Carneiro, que tiveram
362 vinte e sete votos. Teve um voto nulo. O professor Medronho diz que são
363 quatrocentos e setenta e cinco docentes, dos quais sessenta e seis votaram, ao
364 total, sendo que temos entre 10 e 15% de professores titulares, então, cerca de
365 80% a 85% dos colegas estavam aptos a votar, o que indica que a votação teve
366 um baixo quórum. O professor Medronho diz que ainda falta uma chapa, pois
367 eram dois representantes de adjuntos para apenas uma chapa. Ele convoca os
368 colegas a formarem chapas, já que o edital terá que ser reaberto para que, na
369 próxima congregação, tendo candidatos, possamos completar as chapas. O
370 professor Medronho pede que as pessoas favoráveis aos eleitos levantem o
371 braço. Eleição homologada por unanimidade pela Congregação. 3 – Nova
372 Eleição para 1 (um) Representante e 1 (um) Suplente dos Professores
373 Adjuntos na Congregação: indicação de Comissão Eleitoral, Calendário e
374 Normas – tendo em vista o não preenchimento das duas vagas. O professor
375 Medronho diz que foi mandada uma proposta de comissão eleitoral e foi
376 preciso retificá-la, já que alguns colegas não puderam. A proposta é a
377 professora Nathalie Canedo, Vânia Meifano e Júlio Guilherme, com a saída da
378 professora Silvana Frota, que vai estar de férias. As normas são exatamente as
379 mesmas que foram aprovadas para a eleição anterior, com a inscrição de
380 candidatos de quinze a dezessete de maio e apresentação de propostas no dia
381 vinte e três de maio no HU, vinte e quatro de maio no IPUB e as eleições
382 cinco e seis de junho nos mesmos lugares, gabinete, CCS, HU, IG, IPPBG,
383 Maternidade Escola, IESC e IPUB. A apuração será no dia sete de junho. Para
384 a homologação do resultado ser feita pela congregação do dia 13 de junho.
385 Comissão eleitoral e regras eleitorais homologadas pela congregação. O
386 professor Medronho pede aos colegas, aos chefes de departamento e aos
387 titulares presentes que incentivem os colegas adjuntos a comporem chapas
388 para a eleição. 4 – Normas Eleitorais para Consulta aos Cargos de Diretor e
389 Vice-Diretor da Faculdade de Medicina – Relator: Professor José Roberto
390 Lapa e Silva. A presidente da Comissão Eleitoral, professora Alice Violante,
391 diz que vai apresentar o relatório final da comissão temporária para a revisão
392 de normas eleitorais para consulta aos cargos de diretor e vice-diretor da
393 Faculdade de Medicina. Ela explica que a comissão temporária foi criada pois
394 houve uma consulta eleitoral em 2015 para os cargos de diretor e vice-diretor
395 em que mais de uma chapa concorreu, totalizando ao final duas chapas, algo
396 que não acontecia havia muito anos. A comissão eleitoral tinha muito pouca
397 coisa em suas mãos para as várias questões que foram surgindo e para as
398 dificuldades que foram acontecendo. Como parte de tal comissão pela quinta
399 vez, a professora Alice diz que contou com a participação de pessoas
400 excelentes na comissão e conta que as dificuldades foram sendo anotadas,

401 assim como os erros, as sugestões e críticas. Quando a eleição finalmente
402 terminou, a comissão eleitoral propôs ao professor Medronho e levou para a
403 Congregação a proposta de criação dessa comissão temporária – que termina
404 hoje – com o objetivo de fazer sugestões e proposições para as próximas
405 eleições. A professora exibe slides para a sua apresentação e começa
406 colocando as sugestões acerca de assuntos questionados e situações que foram
407 vividas e que trouxeram dificuldades. Primeiramente, ela fala sobre a inscrição
408 dos candidatos, que sem dúvida precisa ser presencial. Eles logo recebem uma
409 lista do colégio eleitoral. Compõem o colégio eleitoral o corpo docente, o
410 corpo discente e os técnicos administrativos. A comissão sugere que seja
411 deixado claro que essa lista pode ser modificada a qualquer momento, por
412 motivos tais como: aposentadorias dos votantes, novas contratações ou
413 afastamento de discentes da graduação ou pós, por trancamento ou conclusão
414 do curso. O discente que estiver no limbo, como por exemplo, os que
415 concluíram o Mestrado e estão esperando para serem efetivados no
416 Doutorado, não podem votar – só tem direito a voto quem tiver uma matrícula
417 ativa. Esse fato atrasou a apuração dos votos em três horas, por conta da
418 validação. Ambas as chapas questionaram bastante a lista de votantes
419 exatamente por conta dela ser mutável. No que concerne à campanha eleitoral,
420 pela primeira vez houve dois debates, um no Hospital Universitário (Fundão)
421 e outro no IPUB; a sugestão é que esta dinâmica seja mantida nas próximas
422 eleições. No primeiro debate apareceram vinte e duas pessoas, o que é um
423 bom número para esse início. A sugestão é que cada candidato possa fazer
424 duas perguntas ao outro, de um minuto cada, as quais cada um terá três
425 minutos para responder. Em seguida, é aberto para que a plateia também faça
426 suas perguntas. No primeiro debate, as perguntas foram feitas via microfone e
427 não funcionou muito bem, pois uma das pessoas ficou quinze minutos fazendo
428 a sua pergunta. A sugestão para evitar isso é que as perguntas sejam enviadas
429 por escrito para a mesa, o que foi feito já no debate seguinte e cada chapa teve
430 oportunidade de responder quarenta perguntas, ou seja, a abrangência foi
431 muito maior. Depois, cada candidato teve cinco minutos para fazer suas
432 considerações finais, o que a comissão sugere que seja mantido também. Os
433 locais e a antecedência dos debates vai ficar a cargo da próxima comissão
434 eleitoral, mas a sugestão é que sejam feitos uma semana antes da votação. Aos
435 locais de votação foram acrescentados dois lugares: o Marcolino Candau e o
436 IESC, sendo que este último ainda não havia sido contemplado na eleição de
437 2015. Os locais de votação, portanto, são os seguintes: CCS, HU, Instituto de
438 Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira e IESC (Campus do Fundão);
439 IPUB (Campus da Praia Vermelha); Instituto de Ginecologia, no Centro da
440 Cidade; a Maternidade Escola em Laranjeiras e o CMS Marcolino Candau na
441 Praça Onze. A votação presencial possui grandes dificuldades. A primeira
442 delas é o envio e recolhimento seguro de urnas e de todo material a ser
443 utilizado, como cédulas, lista de votantes e atas, em todos os já citados locais
444 de votação. Alguns técnicos administrativos ficaram bastante irritados, pois
445 devido às dificuldades de trânsito e transporte, algumas urnas chegaram aos

446 locais de votação às 15, horário em que alguns técnicos não estavam
447 acostumados a sair. Outra dificuldade é que membros da comissão e eleitoral e
448 fiscais de chapa precisam estar presentes para abrir e fechar as urnas a cada
449 dia de votação – em geral são três dias – nestes locais. Os diretores de algumas
450 unidades não permitiram a presença da comissão e dos fiscais – isso ocorreu
451 no Instituto de Ginecologia, em que coincidentemente todos os votos
452 precisaram ser anulados pois não foram validados. Outra dificuldade diz
453 respeito aos mesários. As três categorias precisam estar representadas em
454 todos os locais de votação e é muito difícil conseguir mesários, pois eles não
455 ganham vantagem alguma. Só é possível abrir as urnas e começar a votação se
456 houver ao menos duas pessoas, por exemplo, uma da categoria docente e um
457 técnico administrativo. A maior dificuldade é com o corpo discente, que
458 muitas vezes não comparece sem sequer avisar. Outro problema é a validação
459 dos votos. Docentes, técnicos administrativos e discentes podem estar lotados
460 em um local que não é seu habitual, independente do motivo. Outra questão
461 são os docentes que estão fora por qualquer motivo, como participação em
462 congressos e bancas, que não têm direito a voto. A partir de tais dificuldades,
463 foi feita a proposta da votação e apuração serem feitas online. A viabilidade da
464 proposta foi consultada pela comissão, na Procuradoria da UFRJ e na TIC, que
465 não viram problema em prosseguir neste procedimento, que eliminaria a
466 necessidade de mesários, urnas, cédulas e todo aparato que requer a votação
467 presencial. Com a votação eletrônica, a apuração será pública, com
468 participação do pessoal da TIC envolvido e da próxima comissão eleitoral. O
469 processo se daria com os docentes e os técnicos administrativos recebendo
470 uma senha através de sua matrícula no SIAPE e os discentes através de seu
471 DRE. Com essa senha, eles teriam direito a apenas um voto validado. A
472 votação seria no período acordado com a comissão eleitoral e apenas neste
473 período o votante teria acesso à página eletrônica da votação. A professora
474 lembra aos presentes que a próxima eleição é em 2019, portanto é urgente
475 iniciar o processo para que a proposta de votação eletrônica seja viável.
476 Primeiro, porque as pessoas da TIC não são da Faculdade de Medicina, mas
477 da UFRJ, portanto estão ligados a várias outras coisas. Segundo, será preciso
478 fazer simulações antes. A professora informa que desde o ano passado já está
479 em contato com os chefes de departamento, pedindo que procurem as senhoras
480 da TIC que se disponibilizaram a ajudar para que o processo comece logo,
481 independentemente de quando forem as próximas eleições de cada
482 departamento. O número de eleitores é muito grande. Na última eleição quase
483 setenta por cento dos docentes votaram e quase sessenta por cento dos
484 discente,s incluindo graduação e pós-graduação; portanto é preciso tempo
485 hábil para viabilizar o processo e permitir que a validação seja rigorosa – para
486 isso, as pessoas da TIC vão precisar acessar alguns dados de docentes e
487 discentes, para ver, por exemplo, a questão da matrícula estar ativa. A
488 professora encerra agradecendo ao professor Medronho e ao professor Gil pela
489 confiança nela depositada como presidente da comissão eleitoral, e aos
490 membros da Congregação presentes na finalização do processo eleitoral. O

491 professor Medronho agradece muito a professora Alice pelo seu excelente
492 trabalho. O relator deste ponto, professor Lapa, agradece a comissão como um
493 todo e a professora, dizendo que gostaria que ela continuasse na comissão para
494 a próxima eleição, embora saiba que ela não quer. Ele diz que respeita
495 profundamente o fato de a professora Alice não ter o desejo de permanecer na
496 comissão, mas que é necessário ter uma comissão eleitoral permanente, e não
497 provisória, pois o tempo está passando muito rápido e a próxima eleição está
498 perto de acontecer. A professora Alice diz que faltam apenas dezoito meses. O
499 professor Lapa diz que seu primeiro relato é a necessidade de que a
500 Congregação aprove uma comissão para trabalhar imediatamente em
501 continuidade à comissão que se encerra hoje. Em segundo lugar, ele avalia
502 como ótima a proposta de voto eletrônico trazida pela professora Alice, mas
503 coloca que não é algo banal ou simples de se realizar, nem uma solução
504 mágica. Com todos os problemas enfrentados pela votação manual tradicional,
505 ele consideraria muito pior se fosse feita uma eleição eletrônica atrapalhada,
506 improvisada e que pudesse resultar na anulação do processo eleitoral. O
507 professor diz não ter feito um relato escrito, embora tenha demonstrado em
508 vários e-mails trocados com a professora Alice a sua preocupação. Não tem
509 jeito de mudar para o processo eletrônico sem antes testar, juntar um grupo de
510 pessoas que se voluntarie para se cadastrar e fazer o processo etapa por etapa
511 para ver se vai funcionar. Poderia ser feito antes com um colégio eleitoral
512 menor, talvez o departamento. Assim, se for verificado que no processo existe
513 algum problema, por exemplo, de segurança, haveria tempo de voltar para o
514 método antigo. A Procuradoria da República já faz este processo, então ele crê
515 que nós também podemos fazer. A diferença é que a Procuradoria tem
516 dinheiro, mais recursos e uma estrutura muito melhor do que a que nós temos
517 na Universidade, apesar de que a TIC da UFRJ, em geral, funciona bem. A
518 professora Alice coloca que a proposta das senhoras da TIC tinha sido fazer
519 um piloto nos departamentos menores, não envolvendo a Clínica Médica, nem
520 a Cirurgia, que são os dois maiores departamentos. Ela diz ao professor Lapa
521 que acha a proposta dele, de ter um grupo de voluntários para testar, muito
522 interessante. Ele coloca que está propondo três etapas: a primeira seria fazer
523 uma comissão nova. A segunda se refere a um grupo de voluntários que possa
524 testar o processo. A terceira seria fazer o teste já na eleição de algum
525 departamento pequeno. O professor Marcelo pergunta por que não usar, na
526 etapa de teste, essas eleições que estão sendo tão vazias, como a eleição de
527 representantes de adjuntos ou a de associados. A professora Alice coloca que
528 não daria tempo. O professor diz que não seria nesta roda, mas acredita que no
529 meio do caminho possa ter alguma coisa acontecendo que sirva para esses
530 testes. Seria uma forma de colocar os professores para votar e se comprometer
531 com a representação, além de podermos testar esse novo formato, por classe.
532 A professora Alice diz que provavelmente haverá uma nova eleição para
533 associados e que vai abrir uma para titular, e que estas poderiam se usadas
534 para o teste. O professor Ledo coloca que nós podemos fazer o processo como
535 consulta e não como eleição, e que temos total autonomia para organizar isso,

536 garantida pela Constituição, não sendo necessário consultar os procuradores.
537 Os procuradores não são da UFRJ, eles estão na UFRJ, e não necessariamente
538 defendem a instituição, é importante fazer essa reflexão. Outra reflexão
539 importante é que a proposta da comissão traz uma mudança de paradigma. O
540 Brasil passou por isso ao colocar a urna eletrônica. O professor diz que a urna
541 eletrônica lhe parece ter diminuído o problema da corrupção, dos votos de
542 cabresto. Diz também que não tem conhecimento de que outra unidade da
543 UFRJ tenha feito esse processo eletrônico, então fazer isso aqui, e de modo
544 bem feito, seria dar um salto muito grande. Quem sabe mais pra frente possa
545 haver eleição inclusive para Reitor com essa metodologia. Segundo o
546 professor Ledo, o professor Lapa colocou-se muito bem quando falou da
547 estrutura necessária para realizar o processo, pois esta é uma questão
548 fundamental. Ele acha que o encaminhamento colocado foi perfeito, considera
549 que devemos fazer vários testes em vários momentos, e não somente o teste da
550 estrutura, mas também ter cuidado com os *hakers*. Ele diz que o CRM faz há
551 muito tempo eleição por carta. Sugere que, se a alternativa da votação
552 eletrônica não avançar, podemos tentar esse método por cartas para minimizar
553 os problemas da votação presencial – embora ele ache que temos sim
554 condições de implementar o método eletrônico. Para concluir, ele agradece a
555 professora Alice Violante e sugere que ela permaneça no processo eleitoral
556 nem que seja apenas como consultora, pois ninguém tem o *expertise* dela
557 nessa questão. A professora Alice agradece as palavras do professor Ledo e
558 diz que certamente vai continuar colaborando na medida do possível, mas que
559 por motivos pessoais e acadêmicos, ela não pode assumir mais uma eleição.
560 Entretanto, se dispõe a fazer a consultoria e se voluntariza para esse primeiro
561 grupo de teste do método eletrônico. O professor Alberto Shanaider também
562 parabeniza a professora Alice por esses anos em que ela esteve à frente desse
563 processo tão desgastante e com tão poucos voluntários na nossa instituição.
564 Ele diz que já foi voluntário de processos eleitorais e sabe o quanto é
565 complicado, além do que, eventualmente, há contratempos com a chefia e não
566 se reconhece essa atividade com uma pontuação específica para progressão ou
567 promoção. Ele pede para, da próxima vez que este assunto venha à pauta, que
568 se possa ter o texto das normas eleitorais como um todo e com as novas
569 sugestões em mãos, para que seja possível a discussão sobre assuntos mais
570 pontuais, como duração do debate e quantos minutos para perguntas e
571 respostas. Quanto ao processo eletrônico, ele compartilha da preocupação do
572 professor Lapa quanto aos riscos relativos à invasão do sistema, e também
573 quanto à possibilidade de alguém que tem uma senha arrebanhar outras senhas
574 e votar por vários indivíduos. Entretanto, se diz simpático à ideia, pois
575 minimizaria os custos, evitaria arestas e discussões que sempre ocorrem
576 nesses momentos. Se a simulação for positiva, ele sem dúvida será a favor da
577 ideia do voto eletrônico. Qualquer outra alternativa é válida, mas vai
578 demandar despesa. O professor Medronho pergunta se todos concordam com a
579 proposta do relator de criação de uma nova Comissão Eleitoral. Pergunta, em
580 seguida, se alguém quer participar como voluntário dessa Comissão. A

581 professora Alice reforça que o presidente da Comissão precisa ser professor
582 associado ou titular e que a Comissão deve ser formada por professores de
583 todos os departamentos. Ninguém se voluntaria. O professor Medronho
584 pergunta se a proposta do parecer pode ser aprovada, bem como um pedido
585 aos departamentos que encaminhe nomes para compor a Comissão, que
586 também pode ter a participação de técnicos e alunos. Ele diz que se o Centro
587 Acadêmico puder indicar um nome, será muito interessante. A professora Alice
588 comenta sobre o aluno indicado pelo CA na última eleição, que parecia uma
589 pessoa excepcional e participativa, mas que desapareceu sem dar satisfação.
590 Ela pede para que o CA, dessa vez, indique alguém que não suma, pois é
591 muito importante a função do discente. A proposta de formação de uma nova
592 comissão é aprovada pela Congregação. 5 – Proposta de reformulação da
593 Resolução nº 08/2014 – Relatora: Professora Lívia Maria Santiago e Professor
594 Fernando Zican. A professora Lívia começa dizendo que o professor Zican
595 estava na plenária de extensão que aprovou este documento prévio e ela acha
596 mais apropriado que ele comece a relatoria, pois quando ela entrou para
597 substituí-lo, o processo já estava bem adiantado. O professor Zican começa
598 dizendo que o assunto não é novo e já vem sendo discutido há, no mínimo,
599 dois anos. A resolução 08/2014 prevê os critérios de progressão de carreira
600 docente e ela trazia uma previsão de que, em dois anos após a sua publicação,
601 ela fosse revista. A Universidade não se movimentou tanto durante esses anos
602 para que tais critérios fossem revistos e os coordenadores de extensão viram
603 que os critérios que estavam assinalados nessa resolução não eram bons para
604 avaliar o item extensão e por conta disso foi criada uma comissão em junho de
605 2016 com representação de todos os centros e polos universitários. O
606 professor diz que na época era ele o coordenador de extensão da Faculdade de
607 Medicina e, pelo CCS, ficou junto com a professora Margareth, do Instituto de
608 Biologia, trabalhando nessa comissão. Eles olharam todos os critérios de todas
609 as congregações do CCS e viram quais eram os itens que tinham um diálogo
610 em comum, o que todas as congregações aceitavam e consideravam como
611 atividade de extensão, e os itens que estavam díspares neste contexto. Tudo
612 isso foi avaliado e os professores produziram um documento do CCS, que foi
613 unido aos documentos de todos os outros centros, através de um cronograma
614 e, obviamente, por estarmos em uma Universidade com características muito
615 diferentes, aquilo que o CCS reconheceu como extensão não era reconhecido
616 por outros centros. Por isso, a comissão precisou redigir um documento único
617 e comum para todos os docentes da Universidade. Foi um trabalho muito
618 longo que se iniciou em junho de 2016. Nós discutimos isso aqui na
619 Congregação da Faculdade de Medicina algumas vezes, em pautas seguidas,
620 para ver esses critérios. Paralelamente, a Faculdade de Medicina também tinha
621 uma comissão em vigência que estava olhando esses critérios. Como
622 resultado, todo esse material foi levado à plenária para discussão e não se
623 chegou a um consenso, nem se pôde fazer um documento único. O item ficou
624 em aberto para que a discussão retornasse às unidades, as unidades revissem
625 esses itens e apresentassem algum tipo de contribuição, alguma sugestão. Isso

626 ficou quase um ano em aberto e agora, em abril desse ano, a pró-reitoria de
627 extensão retomou essa discussão, com necessidade de que a gente
628 encaminhasse quais propostas as unidades teriam em contribuição a esse
629 documento que a comissão elaborou. Ou seja, ainda está em aberto e
630 erroneamente circula pela UFRJ a ideia de que a proposta está fechada, que já
631 vai ser votada e que vai ser desse jeito. Não é essa a informação correta, e sim,
632 que a comissão elaborou o documento a ser discutido, e que infelizmente as
633 pessoas o estão lendo de forma muito equivocada. O professor pede, então,
634 que o documento seja lido com menos peso político e mais peso acadêmico,
635 para que se discuta, de fato, o que é a atividade docente em extensão dentro da
636 UFRJ. A creditação de extensão é obrigatória desde 2017.1, o que significa
637 que nossos alunos já estão no terceiro período com essa obrigatoriedade, tem
638 cursos na UFRJ que ainda não produziram as suas reformas de projeto
639 pedagógico que contemplem esses 10% de créditos em extensão. Então, é uma
640 discussão muito grave e muito urgente. Em seguida, o professor fala sobre
641 alguns pontos que estavam na resolução anterior e as propostas de mudança
642 para a nova resolução. O texto anterior tinha um *caput* muito curto e trazia
643 nove itens descrevendo quais eram as atividades de extensão. O professor
644 começa chamando atenção para um item. Circula pela UFRJ que a nova
645 proposta da comissão restringe as ações de extensão, mas se o documento for
646 lido com cuidado, a proposta original é que é restritiva, pois só pontua como
647 extensão aquilo que é passível de registro no sistema da UFRJ. A proposta
648 nova, por sua vez, entende que existem itens não passíveis de registro e que
649 precisariam ser entendidos como extensão. O professor lê nos slides as
650 modificações da nova proposta em relação a anterior. Ele diz que, se houver
651 críticas ao texto, este é o momento de debater e propor uma nova redação que o
652 torne mais claro. Diz também que a plenária levantou uma questão, na qual ele
653 foi voto vencido, de que a organização de um evento que tem como cunho
654 divulgar uma atividade de pesquisa não deveria ser pontuado como uma
655 atividade de extensão, mas apenas eventos que forem produtos de ações de
656 extensão. O professor, pessoalmente, considera que qualquer evento
657 promovido para uma comunidade externa à UFRJ é uma atividade de extensão
658 e valeria pontuação. Continuando sua apresentação, professor reafirma que a
659 proposição está em discussão desde 2016, foi retomada em abril de 2018 e o
660 primeiro prazo para essa discussão foi vinte e sete de abril, o CCS pediu que a
661 discussão fosse ampliada até quinze de maio, e foi acatado. Ontem, no
662 Conselho de Centro do CCS o professor fez essa mesma apresentação, para
663 que as unidades se manifestem em relação a esse documento. Ontem na
664 plenária de extensão foi agendado até setembro de 2018 para que os centros
665 individualmente manifestem seu posicionamento; em setembro deste ano será
666 feita uma votação do documento original e da proposta final em plenária e o
667 documento da proposta final será, então, encaminhado ao CONSUNI para que
668 se faça a reformulação. Essa é a proposta da comissão. Ontem já teve um
669 desdobramento disso no Conselho de Centro do CCS. Ao mesmo tempo que
670 isso está andando, a reitoria criou uma comissão de avaliação da carreira

671 docente, motivada principalmente pelas auditorias regulares que o TCU tem
672 feito na UFRJ. Vários questionamentos do TCU estão relacionados à atividade
673 docente. Então, a UFRJ criou essa comissão para avaliar a obrigatoriedade da
674 execução das atividades docentes. Aqui no Conselho de Centro foi
675 encaminhado que essa proposta precisa caminhar ao mesmo tempo que essa
676 comissão que está avaliando a carreira docente. Já que a comissão de
677 avaliação da carreira docente, de acordo com o entendimento de sua função,
678 necessariamente deverá rever essa resolução no todo – não só na extensão,
679 mas também no ensino, pesquisa e gestão – foi deliberado que essa comissão,
680 então, se manifeste em relação ao todo para que depois a extensão faça a sua
681 reformulação, a sua adaptação. O encaminhamento que o CCS sugeriu foi
682 retardar esse processo, pois no atual momento não teria uma proposta em
683 relação ao novo documento, preferindo esperar a avaliação da comissão de
684 carreira docente que vai pensar o documento inteiro. Na medida que essa
685 avaliação, que tem uma proposição de terminar em agosto, a pedido do reitor.
686 Então, já tendo um documento claro dessa avaliação da comissão de carreira
687 docente e a discussão sobre a extensão amadurecida na plenária em setembro,
688 teremos os dois posicionamentos para conseguir votar e deliberar de fato o que
689 vai ser considerado ou não uma atividade da carreira docente. O professor
690 Zican prossegue, chamando atenção para dois questionamentos. O primeiro é
691 que não se pode abrir mão de executar os registros das atividades de extensão,
692 porque o TCU questionou a PR5 quais eram as atividades de extensão
693 oferecidas pela UFRJ à sociedade, qual sistema era usado para gerenciar tais
694 ações e pediu a relação nominal de todos os docentes que estão registrados em
695 atividades de extensão. Essa informação só é possível através do sistema de
696 registro. Uma atividade só existe se estiver registrada, pois o TCU vai se
697 utilizar do sistema que a UFRJ adota para cadastrar essas atividades. Apenas
698 quarenta e cinco por cento dos docentes da UFRJ estão envolvidos em
699 atividades de extensão. Algumas pessoas argumentam que isso se dá porque a
700 atividade de extensão é algo novo dentro da Universidade, mas desde a
701 Constituição de 1988 ela já estava prevista como um dos pilares da
702 Universidade, junto com ensino e pesquisa. O registro dessas atividades na
703 UFRJ existe desde 2001 e apenas 45% dos docentes da UFRJ estão envolvidos
704 em atividades de extensão. Por isso, não existe como não fazer o registro da
705 extensão, de modo que para as comissões de progressão de carreira docente
706 baste apenas o posicionamento da unidade sobre que docentes fazem ou não
707 extensão, segundo alguns centros estão propondo. É inviável, do ponto de
708 vista da gestão da Universidade, não ter um centro regulador dessas
709 informações e o cadastro dos docentes. Todos os nossos alunos, a partir de
710 2017.1 obrigatoriamente têm que cursar 10% da carga horária de seu curso em
711 atividades de extensão. Para conseguir se matricular na extensão, eles
712 precisam que as atividades estejam registradas e estas são acessadas através do
713 SIGA. Para estar no SIGA, é necessário ter qual docente ou docentes estão
714 naquelas atividades. Logo, só é passível de creditação a ação de extensão que
715 está registrada. Tudo aquilo que se diz de extensão mas não está no registro,

716 não é passível de o aluno receber crédito. Temos cinquenta e cinco mil alunos
717 na UFRJ e, atualmente, cerca de mil e duzentas atividades de extensão
718 registradas. Não é pouco se comparado com os últimos anos. Em 2012 nós
719 tínhamos somente quarenta e três ações de extensão registradas. Há Faculdade
720 de Medicina, há pouco tempo, tinha somente dezessete atividades de extensão
721 registradas, hoje temos cerca de oitenta e oito ou oitenta e nove. Demos um
722 salto, mas isso não é suficiente para todos os nossos alunos. Por isso, é uma
723 urgência discutirmos sobre isso sem nos afastarmos desses dois temas: da
724 obrigatoriedade do registro, para fora da Universidade, e da obrigatoriedade
725 do registro para fins de creditação para nossos alunos, senão eles não
726 conseguem realizar e concluir o curso. Continuando, o professor propõe o
727 seguinte encaminhamento: que os chefes de departamento revejam esse texto e
728 se acharem que tem alguma contribuição, que façam isso para a Coordenação
729 de Extensão da unidade, que levará à Coordenação de Centro de modo que, no
730 dia que a Reitoria agendar no calendário para o CCS fazer a sua apresentação,
731 lá esteja a contribuição da Faculdade de Medicina. O professor lembra que se
732 debruçou durante muito tempo sobre o documento da nossa Congregação e diz
733 que nada ficou de fora, embora talvez o texto apresentado não esteja tão claro,
734 mas é sempre passível clarificá-lo. Ele tranquiliza a Congregação, dizendo que
735 tudo o que esta considera extensão foi contemplado no texto. O professor
736 Zican encerra sua apresentação e o professor Medronho abre para dúvidas e
737 esclarecimentos. O professor Antônio Ledo agradece o professor Zican e
738 elogia sua clareza na apresentação. Ele diz que essa discussão é muito
739 importante e reforça algumas questões já colocadas pelo professor Zican. A
740 primeira questão trata-se dos 10% a ser cumpridos pelos alunos, uma
741 dimensão que já está posta. A segunda dimensão, também já posta, são as
742 exigências do TCU, embora tenhamos autonomia. A terceira dimensão, e mais
743 complicada, é a própria UFRJ, e por isso essa discussão está acoplada com a
744 carreira. Qual é o docente que nós queremos? O professor Ledo cita o seguinte
745 exemplo: um docente faz um trabalho de pesquisa importante, publica um
746 artigo e pontua na área de pesquisa; depois, este artigo é publicado em uma
747 revista de circulação nacional, que leva essa pesquisa para a população
748 brasileira e influencia nacionalmente o debate. O professor Ledo coloca que
749 isso é extensão também, pois é a Universidade contribuindo com sua pesquisa
750 para comportamentos nacionais e políticos. Ainda existe uma dificuldade de
751 enxergar isso como extensão e por isso é importante aprofundar a discussão.
752 Ele indaga se queremos um superprofessor, que seja excelente, no ensino, na
753 pesquisa e na extensão; e se é realmente possível normatizar dessa maneira, ou
754 se é melhor termos perfis diferentes de professores que sejam devidamente
755 valorizados em suas especificidades. Ainda não há um consenso sobre essa
756 discussão. Para encerrar, o professor Ledo diz que não tem como não registrar.
757 Ele acha importante nos apropriarmos do sistema de registro até para melhorá-
758 lo. Reforça que precisamos nos fortalecer e que parte do nosso
759 enfraquecimento vem pela gestão administrativa, que é preciso ser melhorada,
760 em geral. O professor Alberto Shanaider coloca que essa questão começa pelo

761 passo mais difícil, que é a definição. Enquanto não houver uma definição, que
762 será difícil em termos de consenso. Ele diz que em uma Universidade plural a
763 extensão precisa contemplar tudo aquilo que é entendido como tal, de acordo
764 com a especificidade de cada unidade, mas dentro de critérios mínimos. Na
765 Faculdade de Medicina, por exemplo, a assistência é reconhecida como
766 extensão, para progressão e promoção, mas a Universidade não reconhece. O
767 professor é a favor do registro, mas existem áreas de sombra dentro da
768 Universidade. Ele indaga como é possível registrar, por exemplo, uma
769 atividade de pesquisa, ou como se registra para o TCU, que nada entenda
770 sobre extensão, *compreenda* o modo como o professor ou o técnico cumpre a
771 sua carga horária. Ele pergunta onde está escrito que assistência não é
772 extensão, sendo que há professores operando e atuando no ambulatório. As
773 atividades de assistência vão ficar invisíveis para o TCU, já que não há como
774 registrá-las? O professor considera que é preciso reconhecer a assistência, pois
775 esta atividade é prevista pela LDB e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais
776 de Medicina. Ele lê o artigo 26 das Diretrizes Curriculares para Medicina, que
777 prevê a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, relacionando a extensão
778 especialmente à assistência. Quando se fala em dissociabilidade entre ensino,
779 pesquisa e extensão, isso não é uma temporalidade que vai tudo junto ao
780 mesmo tempo. Existem professores que exercem muito bem a pesquisa sem
781 fazer extensão, e vice versa. Ele diz que ouviu, no Conselho de Cento do dia
782 anterior, uma opinião interessante, de que o conceito de indissociabilidade é
783 institucional da unidade dentro de seu projeto pedagógico, e que está no Plano
784 Nacional de Educação desde 2001 os 10% de extensão prevista. *Ele coloca que de*
785 *qualquer forma e justamente por ser uma Universidade, é preciso haver a oportunidade de*
786 *universalizar as atividades que aqui existem e não obrigar a todos os professores a fazerem tudo ao*
787 *mesmo tempo, a exemplo de ensino, pesquisa e extensão, ou então a executar as três*
788 *funções. Há uma distorção de raciocínio e de entendimento quanto a isso.*
789 Quanto à preocupação maior que é o TCU, o fiscal chega na unidade, quer ver
790 a folha de frequência – alguns chegam ao requinte de ver a folha pela manhã e
791 à tarde – e eles não estão preocupados com o mérito, tal e qual estamos aqui
792 debatendo, mas a Universidade peca porque não tem o registro, por exemplo,
793 quando o professor está trabalhando no ambulatório ou na enfermaria. A
794 sugestão do professor Shanaider é acrescentar o seguinte item ao que está
795 sendo entendido no texto como atividade de extensão: “prestação de serviços à
796 sociedade, sob forma de assistência integral à saúde junto ao SUS”. O
797 professor Ledo pede para fazer um à parte para lembrar que as outras
798 Universidades do país não têm essa compreensão de que assistência não é
799 extensão. O professor Zican reforça que temos que nos pautar em algumas
800 legislações, como bem colocou o professor Alberto. Na época em que isso foi
801 discutido, houve muita dificuldade da atual gestão entender a assistência como
802 extensão – e não apenas a assistência da Medicina, mas da Odontologia, da
803 Enfermagem, a assistência Jurídica, entre outras prestações de serviço – por
804 mais que já tenhamos claramente qual é a definição de extensão, ao contrário
805 do que disse o professor Alberto, quando colocou que ainda é preciso definir

806 esse ponto. Na LDB e nos PCNs está claramente definido o que é extensão;
807 talvez a dificuldade seja entendermos se o que nós fazemos está ou não
808 contemplado pelo texto do Plano Nacional – que diz que assistência e
809 prestação de serviços é extensão sim, embora internamente, na UFRJ, essa
810 discussão tenha sido voto vencido. Em um primeiro momento da discussão,
811 colocou-se que a prestação de serviços não poderia ser considerada atividade
812 de extensão enquanto não se discutisse seus custos, pois há centros na
813 Universidade que fazem prestação de serviços para empresas privadas à base
814 de custos – era preciso pensar se essa prestação de serviços seria extensão ou
815 não. Entretanto, a Medicina faz prestação de serviços de forma gratuita.
816 Portanto, nesse item sobre a prestação de serviços é preciso avançar na
817 discussão sobre o que entendemos do que seja essa prestação de serviços e
818 quais seriam os quesitos obrigatórios para que a prestação de serviços fosse
819 cumprida como uma atividade de extensão. Então, que assistência é extensão
820 está escrito no texto e nós já sabemos; mas não avançamos na discussão sobre
821 que tipo de assistência pode ser considerada extensão. O termo “assistência”
822 não é igualitário; a leitura que a Medicina faz da assistência é uma, e a que o
823 Direito ou a Letras fazem é outra. No CCS nós entendemos que assistência é a
824 relação direta entre terapeuta e paciente, por exemplo. Precisamos rediscutir
825 essa questão e é preciso ter força política para peitar que a nossa assistência,
826 ofertada ao SUS, é sim uma atividade de extensão. O professor (nome...? 3
827 horas 37’ 32’’ no vídeo) diz que sem uma identidade e sem um incentivo para
828 a assistência, os professores vão acabar se retirando dela. Com a assistência,
829 estamos inseridos no mundo do trabalho, os nossos alunos não precisam sair
830 da UFRJ para fazer estágio, eles nos vêm criar a própria produção da
831 Medicina em seu cotidiano e isso precisa ser reconhecido. A vantagem da
832 Universidade é a pluralidade e se não se reconhecer a especificidade da
833 assistência médica, ela vai acabar. O professor considera que qualquer
834 interação com a sociedade é extensão, inclusive interações com a iniciativa
835 privada, desde que esta esteja comprometida com o desenvolvimento do
836 Brasil, afinal, a sociedade é capitalista. Temos que dar muita ênfase na
837 questão da divulgação científica. Estamos vivendo uma crise na ciência, vide
838 as pessoas que estão deixando de se vacinar, o medo que têm dos
839 transgênicos, entre outros. A ciência está se dando conta de que a
840 complexidade dos conceitos gerados está diminuindo a sua capacidade de se
841 comunicar com a sociedade. Tem que ter projetos, incentivos e chamadas de
842 edital para atividades de divulgação científica desenvolvidas por professores e
843 pesquisadores. Esse é um dos pilares para que seja resgatado o papel da
844 ciência para a sociedade. Uma das formas da gente sair para a sociedade é
845 explicar para ela o que estamos fazendo aqui dentro. O estudante congregado
846 Eduardo pergunta se, quando se fala em pensamento e logística fora da
847 Universidade, se isso inclui eventos estudantis como extensão. O professor
848 Zikan responde que sim, desde que seja registrado como extensão por quem
849 está organizando a atividade, para que ela passe a pontuar. As ligas, por
850 exemplo, não são, em si, atividades de extensão, mas os eventos que as Ligas

851 fazem ou os projetos que desenvolvem podem ser extensão desde que
852 devidamente registrados. O estudante Eduardo fala que, em relação à
853 assistência, existem projetos de extensão que trazem a oportunidade de
854 atuação em diversas comunidades, num período fora do horário de aulas. Se
855 começarmos a considerar que atendimento em ambulatório e enfermaria é
856 extensão, essa atuação em comunidades será menos constante. Se tudo já é
857 assistência, tudo já é extensão. Ele diz que, talvez, seja melhor encontrar o
858 meio termo e considerar o que já fazemos aqui como parte da extensão, mas
859 sem desconsiderar a importância de ir às comunidades também. Sobre a
860 questão da pesquisa, o estudante coloca que os alunos têm grande dificuldade
861 de encontrar disponibilidade de alguns professores e precisa haver mais
862 incentivo. O professor Zican diz que em relação à extensão, cabe tudo que o
863 estudante disse. Se acharmos que extensão é apenas ir à comunidade,
864 estaremos perdendo uma parcela enorme da sociedade que frequenta os nossos
865 espaços. Então, tanto cabe irmos às comunidades como valorizar a
866 comunidade que chega até nós. Ele diz que na antessala é possível fazer
867 atividades de extensão com a comunidade que chega para a assistência,
868 conversando com ela sobre saúde, por exemplo. Essa visão de que a extensão
869 precisa necessariamente ser uma atividade extra-muros é equivocada; ela pode
870 ser intra-muros, dependendo de como se constrói o diálogo com a população
871 que aqui chega. Considerar que a assistência se resume ao ensino é restringir
872 as possibilidades de relação entre terapeuta e paciente. O professor Renato
873 questiona por que ele não poderia, por exemplo, ir à Faculdade de Educação
874 Física falar sobre prevenção de câncer de colo de útero para as alunas e isso
875 ser considerado extensão. A professora Terezinha coloca que o departamento
876 de Medicina Preventiva e Doenças Infecciosas iniciou um projeto, em 1997,
877 que foi a Criação do Centro de Informação e Saúde para Viajantes. Este
878 projeto estava na página de abertura da UFRJ, como projeto de extensão desta
879 Universidade, e é um dos mais acessados, contendo textos para a população
880 sobre doenças infecciosas, textos para viajantes, etc. O projeto também
881 desenvolve um trabalho de atendimento ao viajante, militar, missionário ou
882 turista, trabalhando com o conceito do viajante sentinela. Nesse mundo
883 globalizado, o projeto tem uma importância indiscutível na área da saúde.
884 Com essa nova visão da UFRJ acerca da extensão, o programa desapareceu da
885 página da Universidade. A professora conta que foi chamada pela pró-reitoria
886 de extensão na gestão anterior, pois havia um interesse no projeto, que foi
887 considerado muito bom, havia a possibilidade de uma verba do Ministério da
888 Educação. Atualmente, a professora está como coordenadora de extensão do
889 Departamento de Medicina Preventiva e está tendo muita dificuldade de fazer
890 essa discussão sobre uma extensão mais abrangente. Ela considera que a
891 atuação assistencial precisa ser não somente nas comunidades, mas também
892 com a comunidade que vem até a Universidade. Ela conta que esse projeto de
893 saúde para viajantes já mais de uma vez, apesar de sua longevidade, seriedade
894 e alcance, não foi aprovado para ser oficialmente registrado na plataforma,
895 como se os viajantes não fossem uma população vulnerável. O professor Zican

896 coloca que é preciso fazer volume político dentro da Universidade para que a
897 nossa assistência possa ser considerada extensão. O professor Alberto
898 Schanaider pergunta ao professor Zikan se a resolução de 2013, que fala sobre
899 registro de extensão, ainda está vigente. O professor Zikan responde que sim.
900 O professor Alberto coloca que, se bem se recorda, nesta resolução está dito
901 que compete à Unidade, dentro do seu projeto pedagógico, cadastrar ou não a
902 atividade de extensão como requisito curricular suplementar. Ele pede que o
903 professor Zikan depois verifique e confirme isso para que se possa ver o que
904 existe de paradoxo em relação ao que está sendo discutido hoje. O professor
905 Zikan coloca que o requisito não é a ação de extensão, mas apenas a
906 disciplina. A disciplina de extensão não é a ação de extensão. O professor
907 Alberto reforça que o grande problema continua sendo a definição. Quando
908 nós falamos em assistência, no caso da Medicina, significa assistência à saúde,
909 que significa promoção, prevenção, tratamento e/ou reabilitação. Ele lê a
910 definição de extensão que se encontra no site da UFRJ e observa que não há
911 nada em tal definição que exclua a assistência da extensão. Ele diz que falta
912 união para que o CCS leve uma proposta conceitual de peso sobre essa
913 questão. A professora Nathalie externa sua preocupação com o fato de alguns
914 projetos, como o da professora Terezinha, não terem conseguido registro na
915 plataforma da UFRJ. Ela menciona que existem uma série de consultores que
916 julgam se um projeto é de extensão ou não. O mesmo não acontece com a
917 pesquisa, por exemplo, em que o pesquisador registra um projeto sem
918 julgamento. Em relação à carreira docente, sem pontuar em extensão não vai
919 ser possível progredir. Se for aprovado o projeto do jeito que está, muitos
920 professores não vão obter pontuação por não conseguirem cadastrar os seus
921 projetos. Como podemos considerar que para serem aprovados os projetos
922 precisam estar cadastrados se muitos professores que cumprem os critérios
923 não conseguem registrar os seus projetos? O professor Zikan coloca que a
924 legislação prevê que só vai pontuar o que for cadastrado. A proposta
925 apresentada ampliou a possibilidade de mais atividades poderem ser
926 cadastradas. Podemos questionar se a forma atual de cadastro é boa ou ruim,
927 mas não se deve ou não ser cadastrado. Temos que discutir a qualidade da
928 plataforma do registro, e não a necessidade de registrar. O professor coloca
929 que a avaliação é necessária sim porque várias atividades que tentam se
930 registrar realmente não se relacionam com a extensão. E que conseguiram
931 aprovar que os avaliadores dos cursos do CCS sejam pessoas do próprio CCS,
932 o que foi um avanço. A professora Lívia diz que hoje a extensão já reconhece
933 os pacientes da assistência como público interno. Ela diz que muitas vezes o
934 avaliador aprova, mas que ao chegar no Edital RUA o projeto volta, pois lá
935 existe outro entendimento sobre o que é público externo. Ela coloca que
936 extensão é interação entre a Universidade e o público em geral, não apenas as
937 pessoas de comunidades pobres. A professora convida todos a discutir mais a
938 questão da assistência e se coloca à disposição para qualquer esclarecimento,
939 já que ela também é uma avaliadora dos projetos. O professor Gil acha que o
940 principal problema é que o registro precisa ser confirmado pela PR5, que

941 claramente não registra alguns projetos da Faculdade de Medicina por
942 considerar que assistência não é extensão. Ele diz que a solução seria deixar
943 que as Congregações e as diretorias administrativas junto com as de extensão
944 referendassem os projetos e isto fosse o suficiente para o projeto conseguir ser
945 registrado. O professor Zikan diz que há poucos avaliadores na Medicina, e
946 que precisamos debater isso também, já que reclamamos tanto dos
947 avaliadores. É preciso haver mais participação. O professor Ledo diz que a
948 extensão não está separada do ensino e da pesquisa, e que isto ficou claro em
949 diversas falas, demonstrando o quanto o interesse pela extensão tem crescido,
950 embora ainda não o suficiente. É preciso reconhecer que a Universidade não
951 pode ficar encastelada produzindo conhecimento apenas para si, pois ela é
952 mantida pela sociedade e precisa legar a ela seu conhecimento. É preciso que
953 façamos o dever de casa de trazer e discutir as propostas acerca da extensão,
954 até exaurir este debate. O professor Zikan faz suas considerações finais,
955 reforçando a necessidade dessa discussão. Afirma que atualmente está na pró-
956 reitoria de extensão como assessor acadêmico, mas ele é professor da
957 Faculdade de Medicina e vai fazer uma oficina com os professores do
958 Departamento de Fisioterapia sobre a extensão, incluindo um tutorial de
959 cadastro de projetos na plataforma da UFRJ. Ele estende o convite aos demais
960 departamentos e agradece aos congregados, convidando-os a ampliar a
961 discussão. 6 – Relatório de Atividades da Comissão para elaboração de
962 sugestões ao Regimento do HUCFF – Sugestões apresentadas pelos
963 Departamentos. O professor Medronho pergunta se os departamentos têm
964 sugestões. O material enviado por e-mail era para apreciação primeira dos
965 chefes de departamento, depois da congregação. O professor Gil fala sobre a
966 comissão, que foi presidida pela professora Vera Halfoun, e cujo objetivo era
967 propor alterações na composição do conselho de administração. Ele coloca
968 que professora Lucília disse que a segunda proposta foi o melhor que se
969 conseguiu. Atualmente não tem representante discente e havia uma dúvida,
970 pois a proposta dizia “dois representantes discentes das áreas de ensino do
971 Hospital Universitário” e depois diz “o representante discente de cada área”,
972 ou seja, um da Medicina, um da Enfermagem, um da escola de Nutrição, um
973 da Odontologia, um da Farmácia. A dúvida foi se eram dois representantes,
974 também, de cada área, o que faria com que o número de discentes ficasse
975 maior do que o de docentes. Entretanto, para dar a proporção da lei, que é 70 e
976 30, precisa ser dois representantes discentes de todas as áreas. Na redação não
977 estava claro se eram dois de cada ou dois no total. A própria Comissão deixou
978 dúvida sobre se Reitor e Decanos fazem parte ou não do Conselho de
979 Administração. O departamento discutiu rapidamente isso e achou que tirar o
980 Reitor é uma coisa complicada, o Reitor que precisa dizer se quer ou não quer.
981 Entretanto, se o Reitor não estiver, pelo menos o Decano deveria estar, porque
982 o Diretor da Faculdade de Medicina, o Diretor da Escola de Enfermagem Ana
983 Nery e o Diretor do Hospital Universitário são equiparados em termos de
984 hierarquia, então, se não tiver uma hierarquia superior no conselho, a coisa
985 fica meio difícil. Então, pelo menos o Decano do CCS deve estar na comissão.

986 O professor Luís Felipe diz que o Conselho de Administração está
987 subordinado ao Conselho de Centro. Então fica muito difícil haver uma
988 aprovação com o Reitor e depois voltar para uma instância inferior. Esse é o
989 grande problema. O professor coloca que se tiver muita gente na Comissão,
990 fica difícil fazer um bom trabalho, pois vira uma assembleia. O que era antes
991 estava muito bom, bem enxuto, com doze pessoas e pegava todos que estavam
992 interessados. O professor Medronho esclarece que esse ponto foi da pauta de
993 abril e foi proposto por membros da Congregação que se encaminhasse para
994 os chefes de departamento para que eles discutissem. Os congregados já
995 tiveram acesso a esse relatório. Então, decidimos não votar no dia doze de
996 abril porque foi colocada uma questão de ordem por um dos congregados de
997 passar primeiro para os chefes de departamento trazerem contribuições, mas
998 todos os congregados receberam isso para a congregação de abril. O professor
999 Antônio Ledo diz acha que essa oportunidade dos departamentos discutirem é
1000 importante e sugere que a questão seja pautada nos departamentos e nos traga
1001 subsídios. Ele coloca que a questão tratada é importante não só pelo HU, mas
1002 porque pode servir de modelo para outros hospitais e, além disso, ela coloca
1003 em pauta os hospitais como tema. A Faculdade deve monitorar para que a
1004 questão seja pautada nos conselhos dos departamentos e que tenham um prazo
1005 para trazer essa contribuição. Há vários aspectos que podem ser levantados,
1006 um deles o professor Luís Felipe levantou, que é o fato de o conselho não
1007 funcionar tão bem com muita gente. É importante trazer o *expertise* local,
1008 assim marcamos uma reunião com a presença da professora Vera, não apenas
1009 por ela ter grande capacidade e conhecimento de causa, mas também por ter
1010 um histórico dessa questão e uma participação na comissão que pode nos
1011 ajudar muito. Ele considera bastante temeroso discutir sem a participação dos
1012 departamentos, no sentido de que comisso a proposta pode melhorar, e aí sim
1013 nos apropriaremos dela. O professor Alberto Schanaider diz que, por razões
1014 acadêmicas, não veio à última reunião da congregação, em que foi pautado o
1015 assunto e por isso ele acabou não acompanhando os desdobramentos e não
1016 podendo cobrar a apresentação disso ao corpo deliberativo. De qualquer
1017 forma, o assunto em si tem mérito pois é uma discussão sobre o Hospital
1018 Universitário. Isso reforça a posição de que há uma unidade entre o Hospital
1019 Universitário e a Faculdade de Medicina, que é indissociável, se não, não
1020 haveria o menor sentido a congregação discutir assuntos do Hospital
1021 Universitário. Partindo desse pressuposto, ele entende e concorda com a
1022 posição do professor Antônio Ledo, ainda que façamos a *mea-culpa*, de que é
1023 importantíssimo que todos os professores ou a grande maioria dos professores
1024 *que* tenham um vínculo com o Hospital Universitário em suas atividades,
1025 *participem*. A manifestação do corpo deliberativo nessa hora é muito
1026 importante. Ele coloca que em outras faculdades de Medicina, como por
1027 exemplo da UFMG, dentro do conselho administrativo do Hospital existe uma
1028 representação dos professores titulares, dando viés acadêmico às decisões de
1029 um conselho administrativo. Então, tem algumas nuances dessa discussão que
1030 precisamos tomar com o maior grupo possível de cabeças pensantes. Então,

1031 ele também é favorável, embora seja a segunda vez que entra em pauta, que
1032 um certo tempo possa ser ganho para que seja discutida a questão nos
1033 departamentos. O professor Renato Ferrari fica um pouco incomodado quando
1034 se questiona o que os departamentos têm a oferecer de informação e o
1035 Departamento de Ginecologia e Obstetrícia, nesse caso, não vem com nada.
1036 Ele pensa que esse Departamento, por não atuar no Hospital Universitário, não
1037 tem porque interferir nas decisões relativas ao HU. O Departamento de
1038 Ginecologia tem o Instituto de Ginecologia no Hospital Moncorvo Filho e a
1039 Maternidade Escola, que são hospitais pequenos e sua dimensão
1040 administrativa é muito menos que a do HU. Então, ele acha que o
1041 Departamento de Ginecologia e obstetrícia teria pouca coisa a oferecer. O
1042 professor Nelson sugere que não se coloque essa discussão como uma questão
1043 de poder, de quem manda e quem não manda. Ela precisa ser em termos de
1044 cooperação entre as instituições para que elas possam avançar. É importante te
1045 ruma noção histórica de porque este conselho foi assim instituído e qual foi a
1046 mudança que ocorreu naquela ocasião que até hoje não foi muito absorvida. A
1047 mudança clara quando o HU foi colocado foi entre os Hospitais de Clínica,
1048 que eram da Faculdade de Medicina, para o Hospital Universitário, uma nova
1049 instituição que é um campo de treinamento para todas as unidades da UFRJ, e
1050 não apenas da área de saúde. Esse é o primeiro espelho que precisa estar na
1051 concepção do Conselho de Administração. O professor diz que todos os
1052 professores da Faculdade Medicina e das outras unidades deveriam ler os
1053 estudos e documentos para implementação do Hospital Universitário, onde
1054 tem toda explanação do porquê o HU foi constituído administrativamente
1055 dessa maneira. Ele pensa que debater o Hospital Universitário apenas na
1056 Faculdade de Medicina é um problema, o regimento diz respeito a uma
1057 instituição que não pode estar alijada da discussão. O Conselho de
1058 Administração tem um representante da Faculdade de Medicina que é o
1059 diretor dessa Faculdade e foi constituído com o Reitor porque ele representaria
1060 o restante das unidades da UFRJ, e o Decano para fazer a aproximação
1061 desejada entre a área básica e a área clínica. A administração com a Faculdade
1062 de Medicina também tinha uma representação enorme porque todos os
1063 professores titulares eram chefes de serviço do HU e compunham o conselho
1064 departamental da Faculdade de Medicina, e através disso se dava essa
1065 integração. Então, na realidade, a Faculdade de Medicina estava representada
1066 em todos os conselhos do Hospital Universitário pois todos os professores
1067 titulares eram chefes de serviço do HU e faziam parte, portanto, de toda
1068 administração do Hospital não apenas em nível de serviço, mas no conselho
1069 técnico-consultivo, em que eles também tomavam assento dentro do Hospital.
1070 Além disso, tinha a Fundação que dava apoio econômico e administrativo do
1071 HU, tinham representantes docentes e a lei hoje exige que haja um
1072 representante discente no Conselho de Administração. Foi essa a base da
1073 representação, a concepção que foi feita, em que entravam as duas grandes
1074 divisões do Hospital Universitário, que são a divisão médica e a divisão da
1075 enfermagem, representadas pelo diretor da Faculdade de Medicina e o diretor

1076 da Escola de Enfermagem. A Faculdade de Medicina, portanto, está
1077 representada, ela tem todo poder dentro do Hospital mesmo porque foi a única
1078 que colocou todos os docentes lá dentro. As outras unidades não assumiram o
1079 HU como deveriam ter assumido. Agora, está na hora de essas outras
1080 unidades, através do Decano e do Reitor, façam isso. E o Reitor presente no
1081 Conselho de Administração é óbvio que facilita a administração do diretor do
1082 Hospital Universitário, pois facilitaria todas as negociações entre o Hospital
1083 não só com a Universidade em si, mas para fora da Universidade também. A
1084 discussão precisa passar por qual é a melhor concepção de uma organização
1085 cooperativa entre as unidades, considerando que o Hospital Universitário não
1086 é da Faculdade de Medicina, mas uma unidade autônoma que serve totalmente
1087 de campo de treinamento para essa Faculdade, e é isso que precisa ser
1088 integrado. O professor Medronho esclarece que a prerrogativa não é de
1089 mudança do Conselho, mas que, aprovando uma proposta, ele, como
1090 representante da Faculdade de Medicina no Conselho de Administração,
1091 solicitará uma pauta específica para que, via Conselho de Administração, haja
1092 essa discussão da composição. A ideia é que, findada essa discussão, se
1093 reinicie o processo de rediscussão do próprio regimento do HU, que tem
1094 muitos aspectos que precisam ser modificados também. É uma proposta da
1095 Faculdade a ser levada para o Conselho de Administração. Se o Conselho de
1096 Administração, por maioria, decidir não levar a proposta adiante, assim será
1097 feito. O professor Medronho pergunta se todos concordam com a questão de
1098 encaminhamento de passar esse ponto para a próxima Congregação e reforçar
1099 com os departamentos que façam essa discussão. O professor Luís Antônio diz
1100 que fez parte da comissão do regimento e a discussão sobre a participação ou
1101 não do Reitor no Conselho ficou polarizada, assim como o debate sobre o
1102 percentual de participação discente. Ele conta que experimentaram colocar
1103 representantes diversos de outros cursos que usam o HU como palco e o
1104 número de participantes começou a aumentar, aumentando conseqüentemente
1105 a participação discente, transformando o espaço em uma assembleia. O
1106 professor chegou a colocar que o número de participantes estava muito
1107 grande. O professor Gil lembra que a atual composição é apenas presidida
1108 pelo Reitor, o Decano do CCS, dois diretores – da Faculdade de Medicina e da
1109 Escola de Enfermagem Ana Nery – o diretor do Hospital Universitário e o
1110 representante do corpo clínico do Hospital indicado pelo diretor. Então, são
1111 seis representantes sendo que o HU tem dois votos dos seis, e embora
1112 frequentemente o diretor leve seus diretores de divisão para participar e a
1113 Faculdade de Medicina seu vice-diretor – lembrando que estes não têm direito
1114 a voto. É aprovado que a discussão desse ponto seja adiada para a próxima
1115 Congregação e que os chefes de departamento levem o debate para seus
1116 respectivos departamentos e tragam contribuições ao debate. 7 – Indicação de
1117 Banca de Promoção para Professor Titular do Departamento de Clínica
1118 Médica para avaliar o Professor Heitor Siffert. Membros internos titulares:
1119 professor José Roberto Silva, suplente professor Gil Sales. Membros externos
1120 titulares: professor Mário Fritz Touros Neves, professor Egberto Gaspar de

1121 Moura, professor Rogério Lopes Alves, professor Júlio Maria Fonseca Shepler
1122 e suplente professora Eliete Bruschelato. Aprovado pela Congregação. 8 –
1123 Indicação da Professora Marzia Puccioni Shler pelo Departamento de
1124 Medicina Preventiva como Professora Colaboradora Voluntária – Relator:
1125 Professor Edson dos Santos Marchiori. O parecer do professor relator é
1126 favorável à Professora Mariza. Aprovado pela Congregação. 9 – Alteração de
1127 carga horária – 40 para 20 horas – Professora Ana Alice Amaral Parente –
1128 Departamento de Pediatria – Relator: Professor José Carlos Oliveira de
1129 Morais. Parecer favorável do relator. Aprovado pela Congregação. 10 –
1130 Proposta de Bonificação por mérito aos alunos que participarem do Teste de
1131 Progresso – Relatora: Prof.^a Lúcia Azevedo. A professora relatora coloca que
1132 o teste é algo novo, pois não existia nessa metodologia de avaliação do
1133 estudante. Não é uma disciplina e a nota do teste não vai para o histórico
1134 escolar; a professora diz não saber se, um dia, o teste poderia ser considerado
1135 uma atividade de extensão. Há uma concepção errônea de que o teste de
1136 progresso não é uma atividade obrigatória e com isso a Faculdade deixa de
1137 aproveitar todo impacto educacional que o teste poderia ter. Ela apresenta
1138 slides para explicar os possíveis benefícios do teste e apresentar seus
1139 resultados e diagnósticos ao longo dos anos. Ela diz que o teste de progresso é
1140 feito desde 2013 e que neste ano há dez faculdades participando. Fazemos
1141 parte do núcleo Rio de Janeiro/Espírito Santo. O teste será realizado dia vinte
1142 e três de maio. A UFRJ é uma das poucas universidades que começaram e que
1143 permanecem até hoje sem interrupção. Este ano serão quase dez mil alunos
1144 participando. Resumidamente, é uma prova de múltipla escolha, com quatro
1145 horas de duração, composta de cento e vinte questões cujo nível são de um
1146 aluno em final de curso – mas todos os alunos, do primeiro ao último período,
1147 fazem a mesma prova. Em termos de desempenho, no primeiro período de
1148 todas as faculdades todos os alunos acertam cerca de trinta por cento da prova,
1149 pois já trazem algum conhecimento que vem da família, dos jornais ou do
1150 próprio Ensino Médio. O que se espera é que no último período eles acertem
1151 oitenta por cento da prova, mas este resultado é raro. Na UFRJ, o número de
1152 acertos costuma ser maior que o de outras faculdades, em uma média de mais
1153 de dez pontos percentuais de diferença. A prova tem um conteúdo abrangente,
1154 baseada em uma matriz de conteúdos com grandes temas essenciais para um
1155 médico generalista e temas relevantes para a atividade profissional futura.
1156 Para que o teste tenha confiabilidade, as questões são formuladas por
1157 múltiplos professores de várias faculdades e são revistas por um grupo gestor
1158 do teste, composto por representantes das oito primeiras faculdades que
1159 entraram no núcleo, incluindo a UFRJ, cuja representante é a relatora que vos
1160 fala. Tem crescido tanto a participação de alunos quanto de professores no
1161 teste. Em junho já começam as reuniões para definir os temas do próximo ano,
1162 o que é um processo difícil e demorado, porém gratificante. As questões do
1163 teste são diferentes daquelas que os alunos estão acostumados a fazer na
1164 faculdade. É uma avaliação cognitiva, porém contextualizada, que sempre
1165 busca trazer algum caso clínico e situações práticas com as quais o estudante

1166 vai se deparar na vida profissional. São questões que exigem, além da
1167 memorização do conhecimento, raciocínio clínico e aplicação desse
1168 conhecimento. Uma avaliação precisa medir o grau do conhecimento e das
1169 habilidades adquiridas, em algum nível que se estabiliza como método. É,
1170 portanto, uma avaliação somativa. Outro objetivo é que a avaliação, do ponto
1171 de vista educacional, crie subsídios para o estudante melhorar o seu processo
1172 de aprendizado e seja, portanto, uma avaliação também formativa. O teste de
1173 progresso contempla, portanto, estes dois objetivos, sendo somativo e
1174 formativo. O teste é aplicado várias vezes ao longo do curso e os alunos têm
1175 muitas oportunidades de fazê-lo e avaliar a progressão de seu próprio
1176 conhecimento. O teste de progresso é com tudo isso, uma avaliação confiável,
1177 válida, viável e é fundamental o apoio institucional da Faculdade de Medicina
1178 e da Direção para que ele aconteça. A aceitabilidade do teste tem melhorado,
1179 pois está se criando uma cultura de avaliação, tanto entre os alunos quanto
1180 entre os professores. O impacto educacional só será conseguido se quase todos
1181 os alunos da Faculdade fizerem e se os professores tiverem condições
1182 didáticas de aproveitarem os resultados do teste. Resumidamente, o teste de
1183 progresso serve para dar um *feedback* educacional tanto para os alunos quanto
1184 para os professores e para a própria Faculdade. Para o estudante, pelo fato de
1185 ser uma avaliação formativa, o teste é muito importante pois vai
1186 acompanhando o que está sendo retido em termos de conteúdo e o progresso
1187 do conhecimento. O teste integra várias áreas do conhecimento que nem
1188 sempre são integradas ao longo do curso. O fato de o aluno fazer a prova
1189 melhora a aprendizagem. Como ficam com o caderno de provas, os alunos
1190 podem estudar pelo teste de progresso depois. Além disso, o aluno pode
1191 verificar quais são seus pontos fortes e fracos e é importante incentivar desde
1192 o início que o aluno faça essa autocrítica para que consiga se organizar e
1193 planejar seus estudos. É possível, portanto, através do teste, induzir uma
1194 mudança de comportamento no aluno em relação aos estudos. Para a
1195 Faculdade, de acordo com o desempenho dos alunos, é possível verificar quais
1196 são as deficiências do curso em si e de algum assunto em particular, podendo
1197 planejar a correção dessas fragilidades específicas ao longo do curso, e não
1198 apenas ao final. O teste de progresso tem se institucionalizado cada vez mais e
1199 não se contrapõe a nenhuma outra avaliação da Faculdade, pelo contrário, ele
1200 soma, e o fato de ser uma avaliação externa, não elaborada apenas por nós,
1201 amplia os conhecimentos médicos e indica onde podemos melhorar. Sem uma
1202 avaliação, nós não temos ideia de se os alunos estão aprendendo o que
1203 deveriam aprender. Com métodos diferentes e múltiplas avaliações, temos a
1204 possibilidade de verificar tal aprendizado e melhorarmos nosso desempenho
1205 para garanti-lo. Avaliando o desempenho, é possível perceber que os alunos
1206 vão progredindo em sua nota mas, ao final do curso, a maioria ainda não
1207 acerta mais que 70% do teste e é preciso verificar o porquê. Há coisas que eles
1208 vão esquecendo, ou algumas que não chegaram a aprender bem e esse retorno
1209 é importante para melhorar o ensino. A participação dos alunos da UFRJ ainda
1210 é muito pequena no teste, embora esteja aumentando ao longo dos anos. Na

1211 UNICAMP, por exemplo, a cada ano que um aluno faz o teste de progresso
1212 ele recebe uma bonificação em pontos que farão diferença quando ele fizer o
1213 concurso de residência, e isso faz com que os alunos participem mais do teste.
1214 A professora relatora diz que, particularmente, não gostaria de fazer isso na
1215 UFRJ, pois entende que concurso é uma outra coisa e não seria justo. No
1216 internato e no retiro de cirurgia, professores fizeram experiências de usar a
1217 nota do teste, por isso a participação dos alunos aumentou em 2016. A
1218 professora diz que, apesar de a participação dos alunos no teste aumentar
1219 quando se fala em pontuação e bonificação, ela acha importante que se crie a
1220 cultura do mérito. Ainda assim, ela apresenta uma sugestão de bonificação
1221 para os alunos que fizerem o teste e que ficaria a cargo dos chefes de
1222 departamento avaliar e pensar em como implementar, e cada disciplina
1223 poderia ter seus critérios de pontuação, por exemplo, em alguma prova cujo
1224 conteúdo tivesse sido abordado pelo teste, etc. De qualquer modo, a ideia da
1225 bonificação ajudaria a aumentar a frequência dos alunos aos testes de
1226 progresso. A professora Lúcia termina sua apresentação e o professor
1227 Medronho a agradece, reiterando que a ideia é estimular a participação dos
1228 alunos no teste de progresso e dar um bônus para aqueles que tiverem um
1229 desempenho adequado. Essa bonificação não é uma obrigação, mas uma
1230 sugestão aos departamentos. 11 – Resultados dos Concursos para a Carreira do
1231 Magistério Superior: Edital nº 860; 11.a) Pediatria – Medicina do
1232 Adolescente: houve apenas um candidato, que foi reprovado. Homologado
1233 pela Congregação. 11.b) Ginecologia e Obstetrícia – Obstetrícia: a candidata
1234 aprovada foi Cristiane Alves de Oliveira. Homologado pela Congregação.
1235 11.c) Cirurgia – Urgências e Emergências Cirúrgicas: a candidata aprovada foi
1236 Juliana Ninsen da Fonseca Cardoso. Homologado pela Congregação. 11.d)
1237 Terapia Ocupacional – Terapia Ocupacional, Reabilitação Física e Estágio: a
1238 candidata aprovada foi a Paula Gabriel Silva. Homologado pela Congregação.
1239 11.e) Radiologia – Radiodiagnóstico: a candidata aprovada foi Nina Ventura
1240 Wilner. Homologado pela Congregação. 12 – Progressão Funcional: 12.a)
1241 Professora Terezinha Marta P. Castineiras – Departamento de Medicina
1242 Preventiva – Adjunto I para II e II para II – Relator: Professora Ana Maria
1243 Martinez. Parecer favorável da relatora. Homologado pela Congregação. 12.b)
1244 Professor Maurício de Andrade Perez – Departamento de Medicina Preventiva
1245 - Adjunto I para II e II para II – Relator: Professor Afrânio Kritski. Parecer
1246 favorável do relator. Homologado pela Congregação. 13 – Projeto de criação
1247 do Laboratório interinstitucional de atividades, antropofagias e
1248 transdisciplinaridade, Coordenado pelas Professoras Márcia Cabral da Costa e
1249 Renata Caruso Mecca – Departamento de Terapia Ocupacional – Relator:
1250 Professora Silvana Frota; Parecer favorável da relatora. Homologado pela
1251 Congregação. 14 – Indicações de Comissões do Departamento de Terapia
1252 Ocupacional: 14.a) Comissão de Diversidade e Identidades Culturais do
1253 Departamento de Terapia Ocupacional: formada pelos professores Márcia
1254 Cabral, Maria Luísa Carvalho, Renata Mecca, Renata Faria e Ricardo Correia.
1255 Aprovado pela Congregação. 14.b) Comissão de Acessibilidade: formada

1256 pelas professoras Cláudia Reinoso, Juliana Melo, Míriam Pelosi, Vânia
1257 Meifani e Vera Lúcia Souza. Aprovado pela Congregação.14.c) Comissão de
1258 Pesquisa: formada pelas professoras Carolina Rebelato, Cláudia Reinoso,
1259 Márcia Cabral, Míriam Pelosa e Samira Costa. Aprovado pela Congregação.
1260 14.d) Núcleo Docente Estruturante: formada pelas professoras Ana Paula
1261 Caseiro, Fernanda Marinho, Míriam Pelosa, Renata Faria, Samira Costa,
1262 Vânia Meifani e Vera Lúcia Souza. Aprovado pela Congregação. Foram
1263 referendados os seguintes assuntos: 1 – Afastamento do país: 1.a) Professora
1264 Márcia Cavadas Monteiro – Departamento de Fonoaudiologia – participação
1265 no Coclear Technology Meeting e 15º Congresso Europeu de I.C – 23/06 a
1266 02/07/2018; referendado pela Congregação; 1.b) Professora Isabel Kós
1267 Pinheiro de Andrade – Departamento de Fonoaudiologia – participação no
1268 Coclear Technology Meeting e 15º Congresso Europeu de I.C – 23/06 a
1269 02/07/2018; referendado pela Congregação; 1.c) Professor Marcus Renato
1270 Neves de Carvalho – participação no Congresso Latino Americano de
1271 Pediatria – Assunção – Paraguai; referendado pela Congregação; 2 –
1272 Afastamento do país e Auxílio Viagem – Professora Carolina Maria do Carmo
1273 Alonso – Departamento de Terapia Ocupacional – 20º Congresso -
1274 International Ergonomics Association – 26 a 30/08/2018 – Itália. Referendado
1275 pela Congregação. Extra pauta : 1 - Ações de Extensão – Departamento de
1276 Terapia Ocupacional : 1.a) Evento Seminário de conclusão de estágio em
1277 terapia ocupacional do IPPMG – Coord. Profa. Vera Lucia Vieira - de Souza
1278 – Relator: professor Renato Ferrari; parecer favorável do relator. Aprovado
1279 pela Congregação; 1.b) Evento final da disciplina de Antropologia e Terapia
1280 Ocupacional - Coord. Profa. Marcia Cabral - Relator: prof. Renato Ferrari;
1281 parecer favorável do relator. Aprovado pela Congregação; 1.c) Evento TO
1282 chegando! Conhecendo a Terapia Ocupacional – Coord. Profas. Samira Lima
1283 e Vania Mefano; Relatora; Profa. Silvana Frota; parecer favorável da relatora.
1284 Aprovado pela Congregação; 1.d) Evento: Saberes do “entre corpo e
1285 antropofagia – coordenado pela Profa. Renata Mecca – Relator : Prof. Clynton
1286 Correa; parecer favorável do relator. Aprovado pela Congregação; 1.e) projeto
1287 de extensão intitulado: “Vamos pro Rolê – Juventude(s) mobilidade urbana e
1288 direito à cidade” – Coordenado pela Professora Monica Villaça Gonçalves -
1289 Relator: Prof. Volney de M. Camara; parecer favorável do relator. Aprovado
1290 pela Congregação; 1.f) Projeto de extensão: Participação sociocultural da
1291 população idosa – coordenado pela Professora Cláudia Reinoso – Relator:
1292 Professor Sérgio Augusto Lopes; parecer favorável do relator. Aprovado pela
1293 Congregação; 2 – Afastamento no País – Prof. Márcio Penha Morterá
1294 Rodrigues – período 30/07/2018 a 06/12/2018 – Depto. Otorrino/Oftalmologia
1295 – Relatora: Profa. Izabel Calland; parecer favorável da relatora. Aprovado pela
1296 Congregação; 3 – Solicitação de republicação da vaga do Departamento de
1297 Pediatria – Setor: Medicina do Adolescente em virtude de não haver candidato
1298 aprovado nem inscrição de candidato com doutorado. O professor Medronho
1299 explica que o candidato não foi aprovado e que agora a denominação é de
1300 Mestrado. Aprovado pela Congregação; 4 – AFASTAMENTO DO PAIS –

1301 Ricardo Pereira Igreja - 31/08/2018 a 01/09/2019 – Universidade de Nova
1302 Lisboa – Portugal – relator: Prof. Gil Salles. Parecer favorável do relator.
1303 Aprovado pela Congregação. Não havendo mais nada a tratar, a Congregação
1304 é encerrada.
1305
1306 Homologada na reunião de 16/08/2018.
1307